

Aprovada p. maioria e/2 abstenções  
K-1



# MUNICÍPIO DO FUNDÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta nº 3/2012**

**Realizada em 25 de Junho de 2012**

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e doze, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada pelo Senhor Luís Gavinhos e pela Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e Sr. Aires Patrício, que completou a Mesa quando o sr. Presidente teve de se ausentar.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: António Eduardo Saraiva, Patrícia Isabel Marques que justificaram atempadamente as suas ausências e foram substituídos pelos Senhores João Couto Gonçalves e Pedro Boavida. Faltaram ainda os membros Nuno Baltazar Mendes, Carlos São Martinho, Rogério Hilário, José Neves Costa, Berta Oliveira, João Taborda, Liliana Domingues, Maria Alice Cardoso, Luís Lourenço, Nuno Miguel Henriques, Joana Morgadinho, Júlio Correia, Eduardo Martins, Carlos Jerónimo, Antónia Oliveira que não apresentaram justificação. Os Presidentes de Bogas de Cima, Castelo Novo e Peroviseu foram substituídos pelos seus representantes legais. Relativamente ao Executivo Municipal faltou o Senhor Vereador Augusto Leal Salvado. Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

### **Ordem de Trabalhos**

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da câmara municipal de “Aprovação das Contas Consolidadas 2011”;

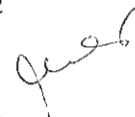
2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da câmara municipal de “Aprovação da alteração do ponto 6 – Quadro VIII da Tabela de Taxas e Licenças”;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da câmara municipal de “Correção da Tabela de Taxas e Licenças – Capítulo I, Quadro I, Ponto 7”;

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da câmara municipal de “Reestruturação do Setor Empresarial Local do Concelho do Fundão”.

O Senhor Presidente da Mesa saudou todos os presentes e colocou a votação a ata número 2/2012 que foi aprovado por unanimidade.

**Período de Antes da Ordem do Dia**

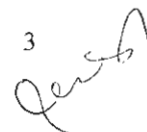


**Aires Patrício** – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 1.

**Catarina Gavinhos** – Fez a sua intervenção baseada num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 2.

**Bruno Ramos** – Deu conhecimento de que desde a última sessão da AM já tinham ocorrido mais 4 acidentes entre as ruas José da Cunha Taborda e João Franco, com avultados danos materiais. Perguntou quando é que a Câmara Municipal iria reparar o erro de colocar dissuasores, antes que acontecesse ali alguma desgraça. Quanto às lajes de granito colocadas no pavimento, no centro de algumas ruas, as mesmas encontram-se partidas e necessitam urgente reparação. Relativamente às obras na circular urbana perguntou se era verdade que terem sido adjudicadas a outro empreiteiro, já que se encontravam paradas há bastante tempo e qual seria o novo prazo para a sua conclusão. Finalmente solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que mandasse corrigir a sua morada, uma vez que a correspondência lhe é remetida para uma rua 8 de outubro que ninguém conhece.

Não havendo mais interessados em usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado este ponto, informando que o senhor Presidente da Câmara responderia às questões levantadas no final da informação escrita.



## Período da Ordem do Dia

**Presidente da Mesa** – Propôs que se acrescentasse à ordem de trabalhos mais um ponto relativo à discussão de um documento emanado e produzido pela comissão de acompanhamento da reforma administrativa, que se junta à presente ata constituindo o Anexo 3 e que o mesmo fosse apreciado e votado após a informação escrita do Senhor Presidente. A proposta de inclusão de mais um ponto foi aprovada por unanimidade.

### **2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município**

**Henrique Dias** – Considerou o documento extremamente bem elaborado do ponto de vista formal. Considerou que o concelho do Fundão ao longo dos últimos anos ganhou notoriedade aqui e além-fronteiras, em parte face ao muito trabalho realizado pela Câmara Municipal, juntamente com outros parceiros estratégicos. Trata-se de uma aposta ganha, reconhecida em Portugal e no estrangeiro, demonstrando aquilo que somos e valemos, aquilo que produzimos e essencialmente aquilo que queremos para o desenvolvimento do nosso território. Exemplificou com o êxito da festa da cereja, que trouxe ao concelho do Fundão alguns milhares de pessoas, o que se traduziu em vendas assinaláveis por parte dos nossos produtores e também um êxito para os produtos associados à cereja, normalmente ligados ao ramo agroalimentar. O Fundão mostra-se também fora de portas, dando conta que esteve com outras pessoas na Assembleia da República a promover a cereja e que as forças políticas de forma unânime reconheceram que a cereja é a melhor de Portugal e que os produtos associados demonstram que já ganhamos muito mais escala que outras parcelas do território, o que nos orgulha muito. Deu também conta que este pequeno concelho do interior, criou uma linha de apoio ao investimento local, está solidária com os seus e coloca as suas disponibilidades financeiras no Banco que assuma o risco de ajudar os produtores locais, que aqui teimam em continuar a investir. Trata-se de uma boa prática, uma ideia do Fundão que vai permitir ajudar pequenas e médias empresas. Valorizou também o centro de formação avançada como forma de dar resposta às empresas sediadas na zona industrial do Fundão, nomeadamente as vocacionadas para a indústria dos polimentos. Deu os parabéns à Câmara por ser ela a liderar este projeto, que vai dar resposta às necessidades de formação daquele tipo de empresas. Falou também do pacto de cooperação para a Cova da Beira, assinado entre os concelhos da Covilhã, Fundão e Belmonte. Trata-se de uma das questões mais importantes da política intermunicipal nos últimos anos, pelas portas que vai abrir e pela cooperação que vai permitir, para que todos ganhem escala. Propôs que nesta cooperação fosse tida em conta a problemática da educação numa perspetiva de oferta formativa, questão deveras importante para a nossa região. Congratulou-se ainda com a constituição do conselho económico e social do Fundão.

**Aires Patrício** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 4.

**Presidente da Câmara** – Começou por cumprimentar todos os presentes e por dizer que mais importante que os mapas administrativos era a discussão das competências a atribuir a cada entidade, ou seja como é que a administração do território será efetuada. Trata-se de uma questão antiga que não teve o início que devia nas diversas áreas, nada foi feito em simultâneo o que considerou um erro crasso, que ainda não foi corrigido. Continua a haver demasiadas fontes de relacionamento do ponto de vista da realização do Estado, sem uma lógica integrada dos diferentes serviços. Não se pode continuar a olhar para as regiões do interior mais rurais e discutir saúde sem ao mesmo tempo



discutir educação, mobilidade, justiça ou segurança. Valorizou também o diálogo intra regional para dar resposta a muitas questões, numa altura muito difícil das nossas vidas. Respondendo a Catarina Gavinhos disse que a questão dos agrupamentos de escolas foi um debate muito sério, em que a Câmara considerou ser o conselho municipal de educação a entidade que devia centralizar a discussão do assunto. Naquele conselho não surgiu alternativa ao modelo colocado em cima da mesa, a existência de um só agrupamento. É importante que o espaço de discussão de assuntos relacionados com formação e educação suba um nível para a escala supra municipal. As questões têm de ser colocadas para além do limite daquilo que são as nossas fronteiras locais, porque a defesa dos nossos interesses se joga em escalas que não são só as nossas. Informou o membro Bruno Ramos que os dissuasores não estavam previstos, foi uma solução de recurso face a alguma indisciplina dos condutores. Também não concorda com a colocação dos mesmos, tal como grande parte das pessoas que ali circula, pelo que vão ser retirados no final da obra e já não estão a ser colocados na rua 5 de Outubro. Espera que os automobilistas circulem devagar para evitar acidentes. Admitiu também não ter problemas em assumir erros, desde que os possam corrigir. Confirmou a concessão do contrato da circular urbana a outra empresa, esperando que nos próximos dias se abra o primeiro setor da estrada entre a estrada de Valverde e o túnel da avenida Eugénio de Andrade, mesmo que não de forma definitiva, o que permitirá outro tipo de mobilidade na cidade. Pediu no entanto que nos próximos tempos se tenha uma pouco mais de respeito pelas dificuldades que as empresas atravessam. Não existem neste momento empresas boas ou más, mas um setor que luta permanentemente para manter a casa aberta. Não é um bom dia para o concelho do Fundão quando temos de cessar uma empreitada de uma empresa para outra, já que isso significa grandes dificuldades que espera que terminem depressa. Valorizou bastante a linha de apoio ao investimento local e a mensagem positiva passada pela Câmara. Este Executivo concretiza aquilo em que acredita. Relativamente à EN 18 informou que teve uma reunião com as Estradas de Portugal onde referiu a sua incomodidade relativamente a algumas intervenções efetuadas por esse organismo naquela estrada, nomeadamente dentro da freguesia de Alpedrinha. A partir do final do mês de Setembro, o Município iria atuar dentro daquilo que são as suas competências para que o trânsito de pesados deixe de circular dentro de Alpedrinha, especialmente os veículos com materiais perigosos. Sobre a A23 informou que de momento não consegue prestar qualquer revelação importante, passou-se de uma discriminação positiva para uma negativa, uma vez que temos as portagens mais caras do País. Parece-lhe que o que se pretende diminuir o preço por quilómetro das portagens, pelo que aguarda com expectativa essa decisão. É no entanto a favor de um modelo equitativo que esteja relacionado com o rendimento per-capita da região.

## **2.2 – Organização Administrativa do Concelho do Fundão – Pronúncia**

**Presidente da Mesa** – Deu conhecimento que a comissão de acompanhamento da reforma administrativa produziu um documento, entretanto distribuído aos senhores membros da AM, que corresponde ao consenso possível e à primeira fase de pronúncia face à lei. Cabe agora à Assembleia Municipal debater e votar o documento em análise, sabendo que esta não é a última fase. Pessoalmente acha que a comissão devia ter ido um pouco mais além, desenhando uma solução mais alargada para o concelho dentro dos parâmetros da Lei. Compreende a dificuldade e delicadeza do tema, quando a própria Lei não suscita a adesão e o entusiasmo necessários. No entanto Lei é Lei e o trabalho terá de ser enquadrado de acordo com a mesma.

**Presidente da Câmara** – Acentuou a delicadeza do assunto no qual tem dificuldade em dizer o que pensa face ao quadro institucional onde se movimenta. A Câmara Municipal abriu o debate e solicitou a opinião da Assembleia Municipal, foi criada a comissão de acompanhamento que apresentou a proposta em discussão. Relativamente ao documento apresentado deu os parabéns aos munícipes da área dos Três Povos (Salgueiro, Quintãs e Escarigo), considerando que executaram um trabalho de grande maturidade, realçando ainda a capacidade de terem colocado à frente de tudo o interesse de todos. Assumiu também que esta Assembleia Municipal, relativamente à futura freguesia dos Três Povos deve ter uma atenção, para que não fique minimamente prejudicada relativamente aos 15% de majoração do seu orçamento nos próximos 4 anos, pelo facto de o restante território do Fundão não ter conseguido encontrar uma figura que fosse ao encontro do que define a legislação. Independentemente de estarmos ou não de acordo com a Lei o certo é que os Três Povos fizeram o seu trabalho. Seguramente a AM e o próximo Executivo terão isso em consideração. Foi de opinião que haverá consequências no final deste processo, neste momento a pronúncia seria votada na AM, com base no consenso relativamente aos Três Povos e ao documento aprovado por unanimidade, em Dezembro último, na AM. Essa pronúncia conseguiu reunir o consenso possível para chegar a essa, posteriormente será remetida para a comissão criada no âmbito da Assembleia da República para verificação dos termos mencionados na Lei. Como não se cumpriram os princípios que estavam determinados na Lei de redução de 6 freguesias, provavelmente esta pronúncia não será aprovada. Isso levará a que a comissão no âmbito da AR faça uma proposta durante os próximos 3 meses que virá à Assembleia Municipal, não com menos 6 mas com menos 8 freguesias. Teremos 20 dias para nos pronunciarmos, votando positiva ou negativamente ou ainda apresentando uma contra proposta. Virá um momento em que todos devemos assumir as nossas responsabilidades. O documento em discussão foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal e vai ao encontro dos interesses do Município, a partir do momento em que seja confrontado com uma proposta de acordo com a Lei e que se percam as tais 8 freguesias, contra os interesses do que é uma gestão normal e ordenada do nosso concelho. Esta Câmara Municipal se estiverem em causa os interesses do Município não se inibirá de fazer uma contraproposta e de a trazer à Assembleia Municipal, assumindo toda a responsabilidade política e formal. A última palavra será sempre da AM e todos deverão assumir as suas responsabilidades, achando no entanto que uma decisão dessas deve passar por uma maioria qualificada em sede de AM e não uma maioria simples. Ao assumir as nossas responsabilidades evitar-se-ia um mal maior para o nosso concelho, concluiu.

**Presidente da Mesa** – Reiterou que não é um caminho muito óbvio que estamos a seguir, mas a Lei impõe-nos e temos de o fazer.

**Luís Castanheira** – O PS é contra esta reforma e esta Lei cega e lesiva das populações e dos autarcas que as servem. São contra a extinção ou fusão de freguesias sem que as populações se pronunciem favoravelmente. O anterior governo tinha proposto a realização de uma reforma administrativa, mas que nada tinha a ver com esta, nem na forma nem no conteúdo. É uma Lei que nada resolve para o País e para as populações em termos económicos, administrativos e sociais. Há também que definir competências a delegar num quadro de intervenção direta e permanente das juntas de freguesia, tendo em consideração os vários setores da sua atividade e as necessidades do quotidiano. Esta reforma terá sempre a veemente oposição do PS. Os autarcas devem unir-se, solidarizar-se, reivindicar, lutar pelos seus interesses e das suas populações, independentemente da sua cor ou filiação político partidária. Relativamente ao documento em apreciação nada tem contra ter sido aprovado após o acordo com a vontade das populações envolvidas.

**Jean Barroca -** Disse que ia ler uma breve trecho que fala em “...*reorganizar e reduzir significativamente o número destas entidades/freguesias*”, tratando-se de uma cláusula introduzida pelo PS no documento/memorando assinado com a Troika, pelo que o Sr. Luís Castanheira se esqueceu de dizer que foi o PS que assumiu e e forçou os outros a acordar aquela e outras cláusulas. Hoje o PS parece que se alheia de tudo o que escreveu e assinou, no acordo que celebrou. É preciso ser-se coerente com aquilo que se assina e olhar para as decisões que se tomam com responsabilidade. Sobre a reforma administrativa perguntou, na eventualidade de em vez de 6 freguesias se proceder à extinção de 8, se o PS fará do caso uma bandeira de um suposto ataque ao poder local. Esta vontade de não querer decidir é uma pedra que o PS atira para as populações locais e vai afetá-las, já que vão deixar de ter um presidente de junta onde é mais necessário. Tivemos o direito e a oportunidade de selecionar as freguesias onde era possível por consenso fazer alguma coisa de forma responsável. O PS não quis e assim se vê a diferença entre um partido responsável que exerce o seu poder e a de outro que se recusa a isso e passa ao lado desta reforma.

**Abel Rodrigues -** Não percebe o que o membro Jean Barroca entende por responsabilidades, quando a proposta vem do PS só sabem falar mal e dizer tudo e mais alguma coisa contra, denominando-as como um ataque ao interior, quando é ao contrário muda-se o disco. O documento é uma proposta de consenso, o seu colega reforçou a posição do PS. Criticou também a forma como fala do “governo do Sr. José Sócrates”, porque não lhe fica bem falar assim de um primeiro-ministro seja ele qual for. O PS sempre se afirmou a favor de uma reforma administrativa, mas não esta porque estão a começar por quem tem menos voz, menos poder, ou seja os presidentes de junta. Devia-se começar pelos municípios, conforme estava previsto, mas certamente não têm coragem para o fazer, porque é mais fácil impor às freguesias do que às câmaras, já que são estas que elegem quem lá está, ou seja, as comissões políticas e essas que elegem as federações e os secretários gerais dos partidos e os governos. Esta é a verdade pura e dura. Inclui também os autarcas do PS que defendem igualmente os seus interesses. Atacar o membro Luís Castanheira não se justifica porque não é o PS o responsável por não se ter chegado a outro tipo de propostas. Perguntou ao PSD qual era a sua proposta de extinção de 6 ou 8 freguesias no concelho do Fundão.

**Aires Patrício -** Disse que se está a fugir ao cerne da questão, que a Lei existe e é para cumprir se entretanto não for alterada, pelo que se devem evitar desavenças desnecessárias. O momento exige união e não guerrilhas ou busca de culpas. A Lei é dura mas é Lei, pelo que devem funcionar todos para o mesmo lado.

**Presidente da Mesa -** Disse estar perante um assunto sensível cujas consequências são difíceis de antecipar. Devíamos ter alguma humildade quanto ao nosso posicionamento sobre o assunto, já que todos temos telhados de vidro. O essencial é guardar as nossas forças coletivas para defender da melhor forma possível os interesses do concelho do Fundão. É pois hora de unir esforços e não de caça às bruxas.

**Henrique Dias -** Disse que este assunto foi tratado da forma mais correta possível, colocando todos os intervenientes a discutir o assunto. Foi criada uma comissão de acompanhamento que após ouvir as várias entidades elaborou este documento com os consensos possíveis. Ninguém sabe como tudo isto vai acabar, já que o que pode vir a seguir nos pode sair demasiado caro, se não formos capazes de decidir o nosso futuro. É isto que nos faz divergir do PS, já que o PSD queria tomar já outro tipo de decisões, perante a Lei, aproveitando as oportunidades menos más que a mesma proporciona.

**Abel Rodrigues** – Perguntou ao membro Henrique Dias qual a parte da sua intervenção que não entendeu, pelo que reitera que o PS é contra a extinção de freguesias.

Não havendo mais interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

**Marco Marques**, apresentou a seguinte declaração de voto: Disse que votou favoravelmente esta proposta mas fica triste porque não se pôde ir mais além. Não é contra a reforma administrativa, acha no entanto que os critérios estão errados. Tem receio das consequências e não gosta de ficar nas mãos de quem não conhece. Deu os parabéns às gentes dos Três povos pela eficiente capacidade de decisão demonstrada.

### **2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação das Contas Consolidadas 2011”**

**Abel Rodrigues** – Por aquilo que conseguiu ler considerou grave a situação, porque não é mais do que a constatação daquilo que o PS tem vindo a dizer ao longo dos anos, ou seja que esta câmara sobrevaloriza os ativos e subestima os passivos. O parecer do ROC diz entre outras coisas que alguns dos bens imóveis que integram o ativo, o mobilizado corpóreo do município, carecem de registo, ou seja, a Câmara não é capaz de provar a titularidade de alguns ativos patrimoniais. Há alguns anos, relativamente a problemas idênticos, o PS foi considerado incompetente, nomeadamente devido ao registo do edifício da Câmara Municipal do Fundão. Será que agora o PSD diz a mesma coisa? O ROC diz também que há dúvidas sobre o valor de alguns bens indicado pela Câmara. Diz também que no saldo de conta “Outros Devedores” apresentado no ativo de curto prazo estão incluídos valores a receber e de longo prazo relativos a fundos comunitários, contudo, não foi possível a confirmação dos valores a afetar a curto e a médio e longo prazo. Isto já foi afirmado noutra sessão pelo membro Pedro Salvado, mas na altura disseram-lhe que não era nada disso. Podemos estar na presença de algo que nunca viremos a receber. Diz-nos ainda o ROC que no âmbito da confirmação de saldos junto de fornecedores e outros credores foi possível encontrar divergências no valor de um milhão novecentos e vinte mil euros, pelo que perguntava ao senhor Presidente da Câmara se não tem receio do parecer do ROC. Lembrou as palavras do Dr. Manuel Frexes, na altura Presidente da Câmara que afirmou no final do seu primeiro mandato que iria realizar uma auditoria às suas contas. Passaram dois e nem no terceiro mandato do PSD isso foi realizado. Espera que as contas apresentadas correspondam à verdade, no entanto o PS apresentou à Mesa uma proposta no sentido de se fazer uma auditoria independente às contas da Câmara Municipal do Fundão.

**Catarina Gavinhos** – Disse que a CDU também ficou preocupada com o relatório do ROC já que não entende porque não são feitas corretamente as avaliações dos bens imóveis. Perguntou, no âmbito do acordo com o Governo, quais as dívidas que serão pagas e o que é que as autarquias vão ser obrigadas a fazer em troca, quais os impostos a aumentar, se os 5% do IMI vão para o Estado e se o plano acordado não vai limitar a autarquia nos próximos 20 anos.

**Henrique Dias** – Considerou pertinentes as questões apresentadas por Catarina Gavinhos, mas, relativamente ao membro Abel Rodrigues, considerou que não vale tudo quando se tem à frente um microfone. Todos temos responsabilidade e não se devem levantar suspeitas e fazer insinuações. Tem de haver clareza nas palavras, tal como sempre fez esta Câmara. No registo do património estamos perante situações com dezenas de anos e com 20 ou 30 herdeiros que dificultam as questões administrativas.



**Presidente da Câmara** – Começou por considerar que de futuro talvez fosse boa a presença dos técnicos da Câmara na discussão de assuntos como este, como forma de clarificar algumas questões mais técnicas. Estamos a falar de algo inédito já que é a primeira vez que aqui vêm as contas consolidadas do grupo municipal (câmara e empresas municipais), com tudo visto na mesma radiografia de forma a analisarmos responsabilidades, ativos e passivos. Confirmou também que nem todos os bens do Município estão registados, alguns por questões administrativas e de herdeiros complicadas e outra razão porque é quase impossível fazer o seu registo, como as estradas. É muito difícil incorporar no ativo do Município todos os bens patrimoniais, vai demorar muito mais tempo a executar esse trabalho. Não foi possível confirmar a titularidade de alguns imóveis, porque alguns têm registo nas Finanças mas não o têm Registo Predial. O ativo do Município está avaliado em 200 milhões de euros e aí encontra-se a maior parte do seu património, perfeitamente registado. Sobre as demonstrações financeiras informou que muitas vezes os fundos comunitários são plurianuais, pelo que é difícil naquilo que é a contabilidade pública fazer esse exercício. Existem verbas inscritas numa ótica plurianual que só serão recebidas aquando da sua execução. Informou ainda que a câmara procedeu ao aprovisionamento daquilo que são as questões de contencioso, nomeadamente com a empresa Águas do Zêzere e Coa. Existem também duas contas que não batem certo, uma que menciona aquilo que os fornecedores consideram que a Câmara lhes deve e outra que menciona aquilo que a Câmara acha que deve pagar. Os números apresentados relativos a questões com a REFER e Águas do Zêzere e Coa também não batem certo porque existem questões que falta esclarecer e dirimir. Relativamente ao valor do património existem ainda questões que contribuíram para a diminuição do seu valor, já que nos últimos anos os terrenos e os edifícios desvalorizaram muito. Daí o reparo do ROC nesse aspeto, chamando a atenção para o facto de alguns imóveis já não possuírem o valor que lhe foi atribuído. Dificilmente as contas da Câmara do Fundão poderão ser mais auditáveis do que estão, transparentes de modo a poder congratular-se por terem tido a capacidade de executar esse trabalho. Quanto ao Estado, já retirou à Câmara os 5% do IMI e, caso resulte da reavaliação dos imóveis um aumento da receita, esse valor servirá para consolidar as contas do Município. As Câmaras estão a efetuar o trabalho difícil de levantamento dos imóveis e remetem para as Finanças o produto desse trabalho, retirando o Ministério das Finanças 5% do IMI às autarquias.

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** informou que entrara na Mesa para votação uma proposta do PS, para a realização de uma auditoria às contas da Câmara. A mesma foi rejeitada com 33 votos contra, 5 a favor e 2 abstenções.

O membro **Jean Barroca** apresentou a seguinte declaração de voto – “Serei sempre a favor de exercícios de transparência, mas não concordo com os motivos que colocam em causa a qualidade das contas e as motivações do PS.”

De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação as contas consolidadas de 2011 que foram aprovadas por maioria com 36 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções.

O Senhor **Luís Castanheira** apresentou a seguinte declaração de voto – O voto contra do PS não coloca em causa a transparência, nem levanta suspeições, faz sim o uso do direito de poder fiscalizar as contas e atividades do município.

#### **2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação da alteração do ponto 6 – Quadro VIII da Tabela de Taxas e Licenças”**

Ninguém quis usar da palavra sobre este assunto, pelo que o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação sendo aprovado por unanimidade.

#### **2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da câmara municipal de “Correção da Tabela de Taxas e Licenças – Capítulo I, Quadro I, Ponto 7”.**

**Luís Castanheira** – Falou sobre o licenciamento de espécies de crescimento rápido e dos malefícios causados pelas mesmas na área da sua freguesia, nomeadamente através da plantação de eucaliptos, que provocam alterações no microssistema e colocam em perigo as reservas hídricas. Referiu que esta tabela de taxas refere um valor muito baixo por metro quadrado para o licenciamento daquele tipo de situações.

**Presidente da Câmara** – Relativamente às considerações do membro Luís Castanheira disse estar de acordo. Relativamente à questão sobre as taxas, informou que teve de ter em consideração o princípio da proporcionalidade, para não cair em ilegalidades. Atribuiu-se um valor muito elevado como forma de discriminar negativamente quem queira plantar aquele tipo de espécies rápidas.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 31 votos a favor e 5 abstenções.

#### **2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Reestruturação do Setor Empresarial Local do Concelho do Fundão”.**

**Presidente da Câmara** – Informou que a Câmara decidiu avançar para a reestruturação das empresas municipais. As causas prendem-se com as circunstâncias atuais diferentes, com as obrigações e ainda pela avaliação do papel de cada uma delas no futuro. Relativamente ao Mercado Abastecedor iniciou-se como empresa pública com 51% de capital do SIMAB e 49% da Câmara Municipal. Em 2005 a Câmara foi confrontada com o abandono do projeto por parte do seu parceiro. Face ao projeto em si e aquilo que o mesmo podia representar e aos financiamentos aprovados, a câmara adquiriu 2% do capital, ficou com 51% e avançou, já que existia muito dinheiro em risco. Neste momento propõe-se que o Mercado Abastecedor seja extinto e que o seu serviço, competências e infraestruturas sejam incorporados pelo Município, uma vez que já não se justifica a sua atuação de forma autónoma. Quanto à empresa Fundão Turismo é uma empresa muito importante, titular de algumas marcas, que contribuíram muito para o desenvolvimento da oferta turística de qualidade do nosso concelho. Nós não eramos um destino turístico, éramos uma espécie de parente pobre daquilo que era a oferta turística da região. Em 2002 foi elaborado um plano estratégico na área turística, onde se tornou essencial provocar a relação com os privados, levando ao aparecimento da empresa Fundão Turismo. Atrás dela tentou construir-se um projeto que funcionou muitas vezes como forma de captar recursos para além de ter uma linguagem muito mais próxima do mercado. Embora alguns fossem mais fortes o caminho foi feito e deu frutos, foram superadas algumas expectativas, como é o caso da cereja que se confunde com o Fundão. O balanço é muito positivo mas estão também reunidas as condições para a sua extinção e para que muitas das competências passem para o município, aliadas a um cenário de poupança e racionalização de recursos num tempo em que se torna necessário tomar opções difíceis. Por outro lado também se está a pensar e a trabalhar em quadros supra municipais com a intenção de uma oferta turística integrada

ao nível da Cova da Beira. Sobre as empresas Fundão Verde e Viver Fundão trata-se de uma lógica de fusão e racionalização de recursos. Pretende manter-se vivo o objeto dessas empresas, a Fundão Verde numa vocação de inserção de trabalhadores cujo objeto social é muito importante que permaneça já que tem um corpo de pessoas, nomeadamente senhoras que prestam um trabalho de qualidade que importa reconhecer. A empresa Viver Fundão tem outra questão muito importante que deriva do facto de existir um imóvel alugado que faz parte do património daquela empresa, à Escola Profissional, que por sua vez paga uma renda que por seu lado permite pagar o empréstimo efetuado há alguns anos, pelo período de 20 anos. Existe um paralelismo entre o que se paga ao Banco e o que se recebe do aluguer do imóvel. Enquanto esta situação estiver nestes moldes será difícil mexer-se neste quadro. Outro aspeto tem a ver com o facto de existir um problema relacionado com a Lei que veio reestruturar o setor empresarial local, que refere que nenhuma empresa municipal pode ter na sua gestão corrente mais de 50% de receitas, provenientes do seu acionista. Assim mantiveram-se as duas empresas a funcionar e fundiram-se numa só com o nome da Viver Fundão. Deu ainda conhecimento que ambas tiveram resultados positivos, em especial a empresa Fundão Verde que no último ano teve um resultado líquido positivo de 75.000 €. Informou também que o formato encontrado obriga a uma votação por duas fases, a primeira é esta em que vamos votar a fusão e posteriormente a sua forma. A extinção das outras duas empresas é um processo que está a desencadear-se, pelo que só se pede por agora autorização para isso. Virá novamente, provavelmente em Setembro para ratificar os termos da extinção.

**Catarina Gavinhos** – Acha este caminho satisfatório pelo que concorda com a opção da Câmara. A extinção de duas empresas prova que talvez as mesmas nunca devessem ter existido. Perguntou o que vai acontecer aos 20 trabalhadores da empresa Fundão Turismo e aos 4 do mercado abastecedor.

**Abel Rodrigues** – Na sequência da AM de fevereiro, esperava que o Senhor Presidente da Câmara viesse hoje não fundir ou extinguir duas empresas, mas extinguir todas as empresas municipais, até pelas razões que hoje apresentou ao assumir que as empresas cumpriram um papel e que esse estava cumprido. Podem alguns dizer-lhe para ter cuidado com as palavras, face ao papel social que representa a empresa Fundão Verde, mas pergunta o seguinte: Será que a Câmara Municipal teria algum problema de ir ao centro de emprego buscar os desempregados, possibilitando a transição dos trabalhadores para o seu quadro. O PS é contra as empresas municipais, embora possa concordar com alguns considerandos, que o levam a abster-se na votação deste assunto.

**Henrique Dias** – Disse que a Turismo valorizou o nome do Fundão e o seu concelho colocando-o no mapa turístico do país. Esta pequena empresa do Fundão criou uma estratégia, com pessoas e produtos do Fundão e fez muito mais que outros com melhores condições alguma vez conseguiram. O Mercado Abastecedor também cumpriu plenamente a função para que foi criado, criando investimentos e maisvalias, colocando infraestruturas ao dispor dos empresários e honrando compromissos assumidos. Espera que a Câmara tenha encontrado solução certa para integrar as pessoas que ali trabalham.

**Aires Patrício** – Valorizou a exposição clara efetuada pelo Senhor Presidente da Câmara e considerou que uma empresa são as pessoas que lhe dão vida. Vê com bons olhos a diminuição de empresas municipais, tal como gostaria de ver o Governo a fazê-lo noutras áreas, embora seja muito rápido a querer reduzir freguesias. Aproveitou a oportunidade para agradecer a colocação do “Chafariz dos Golfinhos” ao fundo da rua da Cale, de onde nunca devia ter saído.

**Presidente da Câmara** – Informou que existe um quadro legal que permite a passagem de alguns funcionários das empresas municipais para a Câmara, mas essas normas têm condições. Não existem decisões sem consequências, haverá diminuição de despesa, mas também diminuição de funcionários, informando no entanto que o Município pretende fazer mais depressa uma economia de escala no topo em vez da base. Existem consequências e alguma redução de efetivos que advêm também dos tempos difíceis que vivemos, mas cá estará para assumir política e pessoalmente o que for feito.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação que foi aprovado por maioria com 32 votos a favor e 7 abstenções.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.00 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário Maria do Carmo Roxo Joazeiro



## **VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**2.2 – Organização Administrativa do Concelho do Fundão – Pronuncia** – Aprovada por unanimidade.

**2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação das Contas Consolidadas 2011”**- Aprovadas por maioria com 36 votos a favor, 5 votos contra dos membros Bruno Ramos, Abel Rodrigues, Helga Capelo, Luís Castanheira e Nuno Lopes e 2 abstenções dos membros Catarina Gavinhos e Luís Cerdeira.

**2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação da alteração do ponto 6 – Quadro VIII da Tabela de Taxas e Licenças”** – Aprovado por unanimidade

**2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Correção da Tabela de Taxas e Licenças – Capítulo I, Quadro I, Ponto 7”** – Aprovado por maioria com 31 votos a favor, 5 abstenções dos membros Bruno Ramos, Abel Rodrigues, Helga Capelo, Luís Castanheira e Nuno Lopes.

**2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Reestruturação do Setor Empresarial Local do Concelho do Fundão”** – Aprovado por maioria com 32 votos a favor e 7 abstenções dos membros Bruno Ramos, Abel Rodrigues, Helga Capelo, Luís Castanheira, Nuno Lopes, Luís Cerdeira e Catarina Gavinhos.

**Proposta do PS para a realização de uma auditoria às contas da Câmara** - Rejeitada por maioria com 33 votos contra dos membros do PSD, 5 votos a favor de Bruno Ramos, Abel Rodrigues, Helga Capelo, Luís Castanheira e Nuno Lopes e 3 abstenções dos membros Catarina Gavinhos, Luís Cerdeira e Susana Francisco (Aldeia Nova do Cabo).

C D S

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

25 de JUNHO de 2012

Intervenção no PAOD*Deputado Municipal: Aires Patrício*

---

De dois em dois meses voltamos a este espaço para dissertar acerca do nosso Município e, também, do nosso País.

Há longos, longos anos que, independentemente dos intervenientes, o ritual se cumpre.

Ao longo deste longo tempo milhões de palavras foram ditas, palavras que traziam promessas, intenções, explicações, futuros inquestionáveis, por oposição a outras que de dúvidas, de angústias, de descontentamento se reclamam.

E tem sido nesta *eterna* dicotomia, alheia à profunda transformação em que a Europa e o Mundo se debatem, que o Município se afunda com o País.

Se é certo que não vale a pena chorar sobre o leite derramado, não é menos certo que, a persistirmos numa intervenção política que se consubstancia num discurso politicamente correcto e, por isso, esvaziado de conteúdo, isto é, num discurso órfão de uma estratégia eficaz, só nos restará um poder estranho e insidioso cuja existência não será tolerável.

E afunda-se no encerramento de empresas, nas insolvências, no crédito malparado, num sistema de justiça inadequado, no aumento de uma criminalidade mais violenta, numa série de convulsões que uma austeridade cega menospreza, num desemprego galopante, em suma, numa gritante perda da qualidade de vida.

Se nos lembrarmos, como alguém já o disse, que a saúde é um estado transitório que não augura nada de bom, que dizer de um Estado em tão prolongado estado de falta de saúde?

Contudo, perplexidade das perplexidades, enquanto este velho corpo de nove séculos sucumbe às mais diversas patologias, pululam pelas ribaltas de serviço as mesmas e, por isso, fastidiosas figuras que tudo explicam, tudo comentam, tudo interpretam e, de pirueta em pirueta, se enredam em malabarismos retóricos que, não sendo solução, só avolumam, só perpetuam o problema.

Citam, invocam, evocam, argumentam segundo pressupostos que um edifício jurídico complexo torna indefinidamente inconclusivos, arrastando-se no tempo na razão directa da perda da memória que à verdade importa.

No respeito pelos fundamentos do Partido que aqui represento, o CDS, não prescindo de submeter a minha atitude ao conceito humanista personalista que é a sua essência, independentemente da circunstância histórica.

É, por isso, meu entendimento que, sob pena de me repetir, é nosso dever, se o erro se repete, nos repetirmos na contestação.

E contestar é, opor à incompetência a competência.

À injustiça, a Justiça.

À cobardia, a coragem.

À truculência, a verdade.

À corrupção, a probidade.

Ao absentismo, a acção.

O Povo português tem que interiorizar, porque já é tempo, que Portugal será o que ele, Povo, quiser que seja.

O cumprimento da Lei Fundamental, quantas vezes, por alguns, invocada no sentido dos seus interesses ou conceptualidades *a explicar claramente*, deverá ser respeitada, única e exclusivamente, segundo os critérios abrangentes que, democraticamente, pressupõe.

Impõe-se-nos passar da palavra à acção e, no absoluto respeito pela História ancestral que somos, no pleno uso da nossa memória colectiva, reencontrar, aí, o suporte inquestionável para uma profunda e civilizada reestruturação sem a qual não haverá um amanhã capaz de contrariar os amanhãs que só a demagogia consente.

De facto não estamos sós no Mundo e seremos demasiado pequenos para, hoje, nos passar pela cabeça inverter o que se adivinha voltar séculos atrás, mas, porque o sonho nunca morre e a ser verdade que já demos novos mundos ao mundo, porque não tentarmos, juntos, reinventar este nosso Portugal?

O futuro, nunca como hoje, começou tão cedo.



25 DE JUNHO DE 2012

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhoras e Senhores

Viver no interior deste país é cada vez mais uma excentricidade. A nossa desorganização territorial permite que, em tempos de crise, as assimetrias entre nós e o litoral se agravem terrivelmente.

O ataque que está a ser feito ao Serviço Nacional de Saúde, com o aumento das taxas moderadoras, o pagamento do transporte pelos doentes ditos não urgentes e o encerramento de várias valências, tem uma repercussão maior no interior do país. Aqui no Fundão já não temos urgência e não sabemos o que será das consultas abertas.

O caminho escolhido para a educação pública é assustador, com os seus Mega – agrupamentos, encerramentos de escolas e a crescente escravização dos professores. A continuar assim vai deixar de ser possível ter uma escola pública de qualidade.

No interior, este caminho para a educação é devastador, com crianças a terem de percorrer largos km para chegar à escola e ter aulas numa turma imensa, com professores esgotados e desmotivados. No interior, nem os ricos vão ter um ensino de qualidade, não temos meios para escolas privadas de qualidade.

No Fundão, não se percebe o que ganha a Educação quando se junta o agrupamento Serra da Gardunha com o Agrupamento de escolas Terras do Xisto.

A Introdução de portagens nas ex SCUTs tem efeitos devastadores na economia do interior. Quando pensávamos que finalmente tínhamos uma grande facilidade de transporte por estrada, tanto para o litoral como para Espanha, levamos com as portagens mais caras do país, que se

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO****25 DE JUNHO DE 2012****GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

traduziram já numa diminuição drástica do tráfego, o que não augura nada de bom para a economia local.

E hoje, dia 25 de Junho, ainda não se sabe o que vai acontecer dia um de Julho: a discriminação positiva para os locais vai acabar? As portagens vão baixar? Temos de unir esforços para que acabem com estas portagens.

Quando foi terminada a electrificação da linha férrea entre Castelo Branco e Fundão, congratulámo-nos com este progresso para região. No entanto, e apesar do investimento efectuado, que teria como contrapartida a melhoria do transporte ferroviário nesta zona, inexplicavelmente, os anteriores comboios intercidades foram substituídos por automotoras recicladas, sem o mínimo de conforto e que já obrigaram a uma justíssima diminuição do preço.

Acresce a este cada vez maior isolamento das populações do interior o fecho da linha entre Covilhã e Guarda.

O que é possível ao poder local, a nós todos, fazer para travar este verdadeiro convite à migração ou emigração de grande parte da população do nosso bonito concelho? O que é possível fazermos para podermos continuar a viver aqui com a dignidade que merecemos?

Ficamos satisfeitos com o acordo entre os concelhos da Cova da Beira: Fundão, Covilhã e Belmonte. Achamos que o caminho passa por aí, uma união de esforços na luta contra esta austeridade absurda que nos está a secar a esperança e que fez o desemprego, ou melhor “o coiso”, nas palavras preocupadas do risível Álvaro, aumentar tremendamente.

Favorecer, proteger e incentivar uma moderna agricultura, com a devida capacidade de distribuição e comércio, as indústrias Agro-alimentares e um determinado tipo de Turismo podem ser o nosso caminho. Se juntarmos a isto o cultivo de uma indústria ligada ao conhecimento em parcerias com a Universidade da Beira Interior e com os

Institutos Politécnicos de Castelo Branco e da Guarda, podemos ter uma resposta, para a nossa sobrevivência neste Interior.

O acordo celebrado entre os municípios e o Governo no fim de Maio, de uma linha de crédito de mil milhões de euros, vai permitir pagar o quê? Em que condições? As autarquias vão ter de cobrar as taxas e os impostos máximos, sejam quais forem as condições dos seus habitantes? 5% do IMI vai mesmo para o governo Central? Que margem vão ter estas autarquias endividadas para favorecer, proteger e incentivar seja o que for nos próximos anos?

Num país com 200km de largura onde o conceito de interior não devia existir, o que podemos fazer para sair desta asfixiante interioridade? E vamos mesmo de ter de ser nós a encontrar o caminho porque este governo parece empenhado em expulsar-nos de cá.

Catarina Gavinhos

Pelo grupo Municipal da CDU



*Conversão do acompanhamento da Reforma Administrativa*

Praça do Município  
6230 338 Fundão

## Pronúncia

### Organização Administrativa do concelho do Fundão

Em cumprimento da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio a Assembleia Municipal do Fundão vem pronunciar-se e deliberar sobre a reforma administrativa propondo a criação da freguesia dos Três Povos por agregação das freguesias do Salgueiro e Escarigo.

Da proposta que mereceu parecer favorável das Assembleias de Freguesia de Salgueiro e Escarigo, resultam os seguintes elementos e aspectos nos termos do número 5 do artigo 11 da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio:

- a) Freguesias em lugar urbano: Salgueiro e Escarigo;
- b) A Assembleia Municipal pronuncia-se pela agregação da freguesia de Escarigo e Salgueiro;
- c) A agregação das freguesias passará a designar-se **Três Povos**;
- d) Definição e delimitação dos limites territoriais da agregação das freguesias, em anexo (anexo A);
- e) A sede da Junta de Freguesia dos Três Povos localizar-se-á na aldeia do Salgueiro;
- f) Nota Justificativa:

*(...) "A razão pela qual as Juntas de Freguesia de Salgueiro e Escarigo, entendem que única forma de manter a nossa gente é assentar o seu enquadramento numa concepção dos Três Povos que, gerada a partir das raízes do seu passado, se projecte no presente e se lance para o seu*



## *Comissão de Acompanhamento da Reforma Administrativa*

Praça do Município  
6230 338 Fundão

*futuro. Em nosso entender alcançar tal propósito implica construirmos juntos um futuro mais próspero, alicerçado na consciência colectiva do povo que somos. Como cidadão responsáveis e activos achamos que a bússola marcará o norte pela sustentabilidade de um território, que sendo parte integrante de um concelho, deva manter e desenvolver o seu papel singular e a sua especificidade natural. Os Três Povos são uma designação que não vem no mapa, não consta em qualquer documento oficial, nem nos registos de polícia, mas existe e todos os que cá moram sabem que existe, e é assim que se chama.*

*Os seus naturais sabem que nos documentos oficiais outras designações os identificam, mas eles, tanto como os amigos e as pessoas das terras vizinhas, sabem do que se fala quando se diz Três Povos. Infelizmente não devemos, nem podemos fugir à realidade dos números e das dificuldades económicas. A reforma é necessária porque infelizmente os indicadores dão-nos uma realidade populacional em decréscimo, índice de envelhecimento acentuado e desertificação preocupante.*

*Presentemente a freguesia de Escarigo tem 370 eleitores, 224 habitantes e uma área de 9,2 Km<sup>2</sup>, e a freguesia de Salgueiro juntamente com a anexa de Quintãs, tem 856 eleitores, 693 habitantes e 56,8 km<sup>2</sup>. Em caso de fusão dar-se-ia origem a um aglomerado contíguo com 1226 eleitores, 917 habitantes e uma área de 66 km<sup>2</sup>, a cerca de 30 Km da sede de concelho.*



## *Comissão de Acompanhamento da Reforma Administrativa*

Praça do Município  
6230 338 Fundão

*Não podemos escamotear os números e negar que, se nada for feito, cada vez mais as freguesias ficarão isoladas e sem serviço de proximidade.*

*No caso dos Três Povos, poder-se-ão unir ou fazer fusão, porque não se vai perder a sua unidade identitária, que já está criada e consolidada na própria prática cultural, uma vez que, antecipadamente assume, a viabilidade de um processo consensual no qual se integra, ao mesmo tempo, a intenção de ganhar escala, rentabilizar meios, partilhar recursos.*

*Este é um daqueles assuntos perante os quais como representantes legitimamente eleitos dos órgãos autárquicos das freguesias de Salgueiro e Escarigo, não devemos, e não podemos ser passivos.*

*Assim reunidos a 15 de Novembro de 2011, os executivos das freguesias referidas deliberam propor às respectivas Assembleias de Freguesia, a fim de ser levado a Assembleia Municipal, convocada com o ponto de ordem de trabalhos: " reforma da administração do concelho do Fundão, a proposta de unificação das Freguesias de Escarigo e Salgueiro, passando estas a designar-se como Três Povos" (...).*

***Face ao exposto a Assembleia Municipal do Fundão aprova a criação da Freguesia dos Três Povos nos termos expostos e delibera ainda aprovar os princípios que devem prevalecer na reorganização administrativa no concelho do Fundão, estabelecidos, acordados e aprovados por unanimidade na Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2011, que se juntam, em anexo (anexo B).***

Paços do Município do Fundão, 25 de Junho de 2012

C D S

**CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**

**25 DE JUNHO DE 2012**

**Deputado Municipal: Aires Patrício**

---

*Intervenção relativa a: “Informação Escrita do Presidente”.*

---

**Senhor Presidente**

**Li com todo interesse a Informação que Vexa nos faculta, pese embora o curto espaço de tempo que medeia entre a sua recepção e este momento.**

**Informação que, segundo a análise do Senhor Deputado Pedro Salvado, já em 28/4/2012, “considera muito melhor.” E disse ainda: “ É, no entanto, necessário distinguir-se o trabalho realizado, dos anúncios e da propaganda”.**

**Subscrevo.**

**E subscrevo na exacta medida em que tal conceito abranja tudo e todos – quer no espaço quer no tempo.**

**Senhor Presidente**

**Percorri, tal como Vexa, por certo, o fez, os muitos itens dados à estampa.**

**Do Empreendedorismo à Captação de Investimento, de “As cerejas do Fundão” na Assembleia da República às do Chiado, da vinda de dignitários do regime ao Concelho, da Feira do Queijo à Linha de Apoio ao Investimento Local, do Protocolo de Cooperação com a UBI a Campinas, do Projecto de Parcerias ao Pólo de Investigação e Desenvolvimento em Telemonitorização para a Saúde, do Regadio da Gardunha Sul à Linha da Beira Baixa, das Comemorações do 265º aniversário do Concelho do Fundão ao Conselho Económico e Social do Fundão e, por fim, Anexo 3 – Síntese da Informação Financeira.**



Foi uma viagem, como disse acima, que fiz com todo o interesse.

Muito fica por lembrar, aqui, da Informação que nos fez chegar, não deixando, porém, de me referir ao que parece denotar uma vontade de levar por diante uma gestão segundo conceitos mais ambiciosos, sendo possível, assim o creio, que uma perspectivação mais cuidada, logo, mais eficaz, possa conduzir o Município a melhores resultados.

Não seremos obstáculo, mas acompanharemos, com a legitimidade democrática que o Voto nos confere, a acção que o Executivo vigente nos propõe e, com natural interesse, os resultados da mesma.

Relativamente à EN 18, gostaria que Vexa nos dissesse o que entende por (cito-o) “...más condições de circulação no troço que compreende o atravessamento da vila de

**Alpedrinha e a sua ligação ao concelho de Castelo Branco...” (fim de citação).**

**Como Vexa terá presente, desde o início que aqui trouxemos a nossa preocupação quanto à degradação da pavimentação que vai do nó 4, cruzamento de Castelo Novo à sede do Concelho. Se o próximo Inverno for mais rigoroso, como era hábito, esta ligação rapidamente se deteriorará irremediavelmente. A sua requalificação é indispensável.**

**Quanto ao troço que atravessa Alpedrinha recordo que beneficiou da aplicação de um tapete novo, não obstante e, uma vez mais, o mesmo não ter em consideração que se sobrepõe à entrada das casas.**

**Isto é: a entrada das casas fica num nível bem abaixo do pavimento, com valetas que para mais não servem que ajudar à inundação das casas em caso de chuvas mais intensas, mesmo medianamente intensas.**

No que a Alpedrinha diz respeito gostaria de, uma vez mais, lembrar da necessidade, incontornável, de serviços que procedam à limpeza das ruas com a regularidade que a saúde pública o exige.

E, porque Setembro se aproxima, permito-me exigir ao Executivo, na pessoa do seu Presidente, que envide todos os esforços no sentido de, imediatamente após o encerramento do evento denominado “Chocalhos”, queira mandar proceder à limpeza e higienização das ruas e paredes dos edifícios a que, a presença de milhares de pessoas, obriga.

São estas as boas práticas que poderemos constatar por toda a Europa, a começar pela vizinha Espanha, onde a limpeza começa quando o evento termina e nunca, sequer, no dia seguinte.

Alpedrinha conta com os bons ofícios de Vexa descartando, desde já, a necessidade de

**recorrer às autoridades sanitárias. É de Saúde Pública que se trata.**

**Por fim - se oportuno - e, salvo melhor leitura, não me apercebi de quaisquer informações que digam respeito às alterações que vão ser, ou estão a ser, introduzidas na regulamentação do IMI.**

**Gostaria, ainda, que nos dissesse se tem conhecimento de eventuais alterações na cobrança de portagens na A 23. Se continuamos descriminados positivamente ou se passamos a negativamente.**

**Não tive, até ao momento, quaisquer informações credíveis e ou precisas quanto a estes preocupantes assuntos.**